

**RELATÓRIO TRIMESTRAL
DE ATIVIDADES**

3º TRIMESTRE 2011

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

3º TRIMESTRE 2011

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Vice-Presidente, no exercício da Presidência (1 a 04/07/11)

Presidente (de 05 a 26/07 e a partir de 02/08/11)

Conselheiro Elcy de Souza

Vice-Presidente (de 05 a 26/07 e a partir de 02/08/11)

Vice-Presidente, no exercício da presidência (27/07 a 01/08/11)

© TCEES, 2011

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório de Atividades Trimestral: 3º trim 2011 / Tribunal de Contas do Estado.
Vitória/ES: TCEES, 2011.
41p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E)-Relatório de Atividades Trimestral: 3º trim 2011.
I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

Produção técnica

Diretoria Geral de Secretaria

Subdiretoria Geral de Secretaria

Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão

Revisão e diagramação

Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Vice-Presidente no exercício da presidência (01 a 04/07/11)

Presidente (de 05 a 26/07 e a partir de 02/08/11)

Conselheiro Elcy de Souza

Vice-Presidente (de 05 a 26/07 e a partir de 02/08/11)

Vice-Presidente no exercício da presidência (27/07 a 01/08/11)

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Corregedor Geral

Conselheiro Valci José Ferreira de Souza

Conselheiro Umberto Messias de Souza

Conselheiro Marcos Miranda Madureira

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Domingos Augusto Taufner

Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Ildemar Borges Júnior (até 21/07/11)

José Teixeira Leite (a partir de 22/07/11)

Diretor Geral de Secretaria

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

Missão

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

Negócio
Controle Externo



Visão

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

Valores

Profissionalismo
Equidade
Ética e Transparência
Excelência de Desempenho
Responsabilidade Sustentável

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o Relatório de Atividades referente ao terceiro trimestre de 2011.

Registra-se que no período, o conselheiro Vice-presidente, Dr. Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, assumiu interinamente a presidência, no período de 01 a 04/07/11, em razão da renúncia do Conselheiro Presidente, Sr. Umberto Messias de Souza, ocorrida em 28/06/11. Na sessão do dia 05 de julho, o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto foi eleito presidente e o Conselheiro Elcy de Souza, vice-presidente.

Ressalta-se que no período de 27/07 a 01/08/11 o Conselheiro Presidente esteve em férias, e o vice-presidente exerceu a presidência.

No período destacam-se:

- Continuidade do Programa de Atualização Técnica para Servidores Jurisdicionados Municipais, nos polos de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre;
- Apresentação do Programa de Controle e Eficiência do Gasto Público “Mais com Menos”, no dia 18/08/11, no auditório do TCEES, proferida pela subsecretária de Administração e coordenadora do programa, Maria Leila Casagrande. Destaca-se também a participação do secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Heráclito Amancio Pereira Junior e da analista administrativa, Carolina Kaizer;
- Publicação da Decisão Plenária 003/2011 (DOE (24/08/11), que revoga o Parecer Consulta nº 18/2003 - que trata da exclusão da Receita de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a remuneração paga a servidores públicos, para fins de apuração da despesa com pessoal e do cálculo da Receita Corrente Líquida;
- A participação do Controlador Geral Técnico Tadeu Pimentel City e do Subcontrolador Geral Técnico Romário Figueiredo como membros do Conselho de Transparência Pública e combate à corrupção do Estado do Espírito Santo, instituído pelo Decreto nº 1727-S, de 23/08/11 (DOE 24/08/11);

- Visita técnica dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Srs. Aldrin Willy Mesquita Tabora, Clodoaldo Pinheiro Filho e Willian Ferreira Coutinho, no período de 29/08 a 02/09/11, para acompanhar o processo de reavaliação e depreciação de bens patrimoniais do TCE-ES;
- Publicação da Resolução TC 227/11 (DOE 02/09/11), que aprova o Guia de Orientação para criação, implantação, manutenção e fiscalização do sistema de controle interno da administração pública estadual e municipal;
- Publicação da Portaria MPC/ES Nº 001/2011 (DOE 06/09/11), que dispõe sobre a titularidade das Procuradorias de Contas no Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, assim distribuídas: 1ª Procuradoria – Domingos Augusto Taufner, 2ª Procuradoria – Luciano Vieira, 3ª Procuradoria – Luis Henrique Anastácio da Silva. Ressalta-se que a responsabilidade pela emissão de Parecer relativo às Contas de Governo de 2011 ficará a cargo do Procurador Luis Henrique Anastácio da Silva.
- **Convênios Assinados:**
 - Assinatura, no dia 31/08/11, do Termo de Cooperação Técnica nº 005/2011 (DOE - 01/09/11) com o Banco do Brasil, tendo por objeto dispor sobre as condições de utilização pelo TCEES de sistema eletrônico de licitações eletrônico disponibilizado pelo BANCO, denominado **Licitações-e**, que possibilita realizar, por intermédio da internet, processos licitatórios eletrônicos para a aquisição de bens e serviços comuns.
- **Comissões instituídas:**
 - Alteração da composição da Comissão instituída pela Portaria N nº 051 de 16/12/2010, que tem por objetivo elaborar o projeto da nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas, bem como adequar seus procedimentos com um novo Regimento, por meio da Portaria N nº 030/2011 (DOE - 15/08/11);
 - Comitê Gestor responsável pela implantação e disseminação do Programa Mais com Menos no âmbito deste Tribunal por meio da Portaria N nº 033/2011 (DOE - 2/09/11);
 - Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria N nº 034/2011 (DOE - 12/09/11);
 - Comissão Permanente de Sindicância por meio da Portaria N nº 035/2011 (DOE - 12/09/11);

- Participação do TCEES na Comissão Organizadora Estadual (COE) da Primeira Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (Consocial-ES), a se realizar de 01 a 03 de março de 2012, na cidade de Vitória, por meio da Portaria nº 032-S, da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (DOE -21/09/11), em atendimento ao Decreto nº 2776-R (DOE - 06/06/11);
- Comissão de Controle Interno, responsável pela implementação e planejamento das atividades, por meio da Portaria N nº 038/2011 (DOE 22/09/11);
- Comissão Técnica para analisar a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2011, tendo como Relator o Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel, por meio da Portaria N nº 039/2011 (DOE 22/09/11);
- Comissão Técnica de Planejamento e Acompanhamento das Contas do Governo do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2011, tendo como Relator o Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel, por meio da Portaria N nº 040/2011 (DOE 22/09/11);

Vitória-ES, dezembro de 2011

Conselheiro **Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**
Presidente

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	7
2 TCEES EM NÚMEROS	8
3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	9
3.1 ATOS DO PLENÁRIO.....	9
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS.....	12
4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS	15
4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
5 A CORREGEDORIA GERAL.....	16
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	16
6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	19
6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....	19
6.2 GESTÃO DE PESSOAS.....	22
6.3 SERVIÇOS GERAIS.....	25
6.4 CONTROLE DOCUMENTAL.....	25
7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	27
7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA	27
7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA	29
8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30
ANEXOS	31
ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA	31
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA	32
ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ATOS DO PLENÁRIO	34

1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no terceiro trimestre de 2011.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão – NPO, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Nos capítulos subseqüentes estão registradas as principais atividades, divididas nas seguintes áreas: Controle Externo, Ministério Público Especial de Contas, Corregedoria Geral, Administrativa, Comunicação Institucional e Tecnologia da Informação.

No anexo 1 estão descritas a competência, a jurisdição e a estrutura do TCEES. A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está representada no anexo 2. E no anexo 3 está o detalhamento dos resultados dos acórdãos e pareceres prévios.

2 TCEES EM NÚMEROS

A tabela abaixo consolida os principais resultados do controle externo no trimestre.

Resultados do Controle Externo	3º Trim	Acumulado no ano
Auditorias concluídas	70	121
Total de processos referente a controle externo autuados	2.288	6.233
Processos referentes ao controle externo autuados (exceto pessoal)	280	1.438
Processos para apreciação de atos de pessoal que deram entrada no TCEES	2.008	4.795
Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente	2.614	5.098
Atos de pessoal apreciados	2.492	4.591
Atos de pessoal com registro negado	-	2
Denúncias julgadas	6	24
Denúncias julgadas procedentes	-	4
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador	6	53
Pareceres prévios pela rejeição ¹	1	11
Acórdãos proferidos	110	429
Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades	13	112
Acórdãos com contas julgadas irregulares ²	12	28
Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais	2	8
Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares ³	1	4
Recursos julgados ou apreciados	22	86
Recursos com provimento negado	3	21

¹ Nos pareceres prévios pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

² Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

³ Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 ATOS DO PLENÁRIO

O Plenário, constituído por sete conselheiros, reúne-se em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Descrição	3º Trim	Acumulado no ano
Sessões plenárias	25	77
Ordinárias	25	74
Especiais	-	1
Administrativa	-	2
Processos em pauta	3.104	6.588
Julgados ou apreciados de forma conclusiva	2.614	5.098
Chamamentos relativos a processos	820	2.122
Notificações	426	1.132
Citações	394	990

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

Atos do Plenário	3º Trim	Acumulado no ano
Decisões	2.924	5.868
Acórdãos	110	429
Pareceres prévios	11	73
Pareceres em consulta	2	6
Resoluções	2	3
Total	3.049	6.379

Resoluções - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

Pareceres em consulta - emitidos quando se trata de consultas.

Pareceres prévios - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos e os recursos relacionados a elas.

Acórdãos – emitidos na decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas e relatório de auditoria; decisões condenatórias, impondo ressarcimento e/ou multa; decisões que apreciem o mérito em processo de recurso; contas prestadas pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e pelas Mesas das Câmaras Municipais; decisões que apreciem o mérito em processos de denúncia, de auditorias, em prestação de contas de convênios ou de instrumentos congêneres.

Decisões - geradas quando da apreciação de legalidade dos atos de pessoal sujeitos a registro; conversão de julgamento em diligência; determinação de auditorias e de arquivamento de processo ou documento; questões de natureza administrativa interna; questões de simples deferimento; outras questões não enquadradas anteriormente.

As tabelas a seguir descrevem as resoluções e os pareceres em consulta e apresentam um demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios, acórdãos e decisões. O detalhamento dos resultados dos Acórdãos e Pareceres Prévios encontra-se no Anexo 3.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data (DOE)
227	Dispõe sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, aprova o “Guia de orientação para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”, estabelece prazos e dá outras providências.	29.08.2011 Republicação 02.09.2011
228	Dispõe sobre as rotinas e procedimentos da Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências	13.09.2011

Pareceres em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
007	P. Ibatiba (Lindon Jonhson Arruda Pereira)	Exercício simultâneo de cargo de Secretário Municipal com vereador - Impossibilidade de acumular cargos ainda que em municípios diferentes.
008	P. Mimoso do Sul (Ângelo Guarçoni Júnior)	Adicionais de Periculosidade e Insalubridade para servidores estatutários de município - Definição em Lei Municipal - Impossibilidade de aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas por analogia.

Resultados dos Pareceres Prévios	3º Trim	Acumulado no ano
Prestação de Contas	6	53
Parecer pela aprovação	5	40
Parecer pela rejeição	1	11
Reformular parecer - rejeição	-	2
Recursos	5	20
Negar provimento - rejeição	-	1
Provimento - Reformular parecer - aprovação	3	11
Provimento parcial – rejeição	1	3
Não conhecer	-	2
Outros	1	3
Total⁴	11	73

⁴ A diferença entre o número de pareceres prévios e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados dos Acórdãos	3º Trim	Acumulado no ano
JULGAMENTO CONCLUSIVO	117	440
Atos de gestão – Prefeitos Municipais	2	8
Irregular	1	4
Saneado	1	4
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	15	114
Regular	7	89
Regular com ressalva	-	5
Irregular	6	15
Saneado	2	5
Prestação de Contas - Demais entidades	63	150
Regular	50	108
Regular com ressalva	7	22
Irregular	6	13
Saneado	-	6
Outros	-	1
Prestação de Contas – Convênio	-	1
Saneado	-	1
Denúncias	6	24
Procedente	-	4
Parcialmente procedente	2	4
Improcedente	4	15
Saneado	-	1
Recursos	17	66
Provimento	4	17
Provimento parcial	3	6
Negado provimento	3	20
Saneado	6	15
Outros	1	8
Representação	9	13
Procedente	2	3
Improcedente	4	5
Outros	3	5
Outros assuntos	5	64
Regular	1	46
Irregular	2	6
Improcedente	-	1
Saneado	-	4
Regular com ressalva	2	7
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	1	3
Multa	1	3
Total⁵	118	443

⁵ A diferença entre o número de acórdãos e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados das Decisões	3º Trim	Acumulado no ano
Apreciação conclusiva – atos de pessoal	2.492	4.593
Registro	2.492	4.591
Admissão	1.636	2.162
Aposentadoria	606	1.791
Pensão	132	323
Reforma	20	49
Transferência para reserva	72	177
Revisão de proventos	2	8
Retificação de ato	7	50
Reexame de decisão	17	26
Outras	-	5
Denegar registro	-	2
Demais decisões – não conclusivas	217	605
Deferir parcelamento	2	5
Arquivar	33	92
Revelia	12	27
Quitação	1	3
Consulta - não conhecer	3	13
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	-	5
Devolver à origem	13	29
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	4	7
Notificar/Citar por edital	1	4
Alerta	89	265
Dar ciência da publicação da pauta no DIO-ES ⁶	-	-
Instaurar Tomada de Contas/Especial	4	10
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	9	10
Denúncia – receber/apurar	23	34
Outras	23	101
Decisões preliminares	215	670
Total	2.924	5.868

3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS

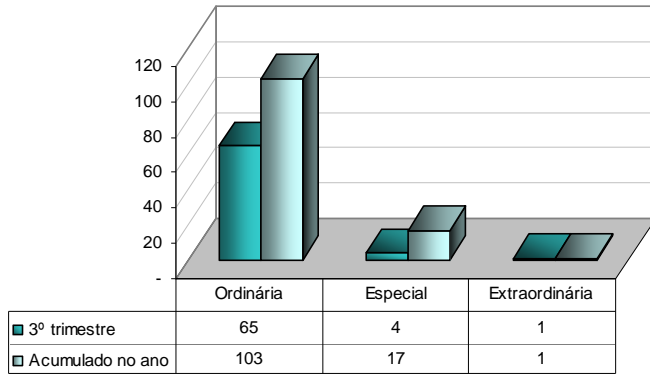
A Controladoria-Geral Técnica é a unidade responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação, conforme organograma do Anexo 2.

3.2.1 Auditorias

As auditorias do período estão distribuídas conforme gráficos:

⁶ Essa decisão passou a ser incluída na citação.

Auditorias com relatório concluído, por tipo



Auditorias ordinárias - realizadas rotineiramente, segundo programação anual definida pelo Plenário.

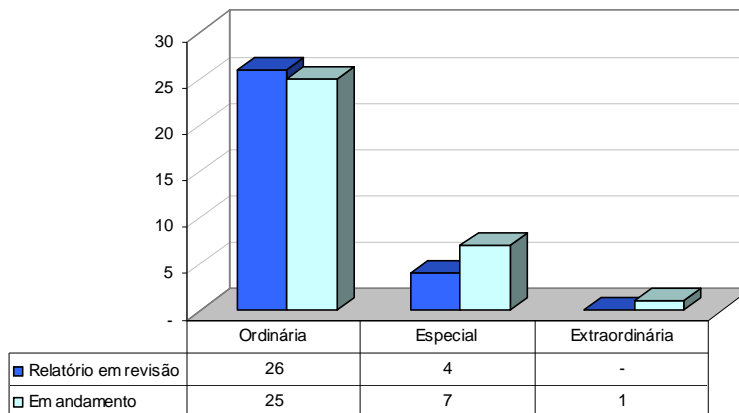
Auditorias especiais - determinadas pelo presidente, visam corrigir omissões, falhas ou esclarecer aspectos atinentes a atos, documentos ou processos.

Auditorias extraordinárias - de ordem do Plenário, visam fins específicos cuja relevância ou gravidade imponham exame urgente.

Auditoria concluída: aquela cujo relatório está finalizado.

Obs: O aumento considerável em relação aos períodos anteriores se deve à decisão pela tramitação em separado, dos relatórios de auditoria de engenharia.

Auditorias com relatório em revisão e em andamento, por tipo



Relatório em revisão: relatório em fase de análise.

Auditoria em andamento: aquela cujo plano está em execução.

3.2.2 Análise de Prestação de Contas

Análise de Prestação de Contas	3º Trim	Acumulado no ano
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	64	244
Relatórios da LRF analisados ²	69	346
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	101	224
Instruções preliminares em representações	17	26
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	97	498
Em prestações de contas anuais (PCA)	60	2-19
Em outros processos	37	279

Prestações de contas bimestral e anual são obrigações de todo jurisdicionado. Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

- 1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.
- 2 - RREO-Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

3.2.3 Análise de processos de pessoal sujeitos a registros

Instruções técnicas em processos de pessoal	3º Trim	Acumulado no ano
Aposentadoria	995	2.772
Pensão	211	498
Admissão	2.105	3.616
Outros	-	16
Total	3.311	6.902

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

3.2.4 Consultas e recursos

Atividades da 8º CT	3º Trim	Acumulado no ano
Despachos técnicos elaborados	30	50
Consultas pessoais atendidas	24	57
Consultas telefônicas atendidas	112	407
Instruções técnicas elaboradas	36	107
Consulta	3	13
Recurso	32	93
Especial	1	1

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de declaração.

4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A tabela a seguir registra as atividades do período.

Atividades do MPEC	3º Trim	Acumulado no ano
Processos distribuídos	3.142	3.386
Pareceres emitidos	2.812	5.753
Termos de atualização de valores a cobrar	76	137
Termos de verificação de valores pagos	22	46
Novas cobranças cadastradas no sistema	68	113

Dessas atividades, destacam-se os pareceres emitidos, por assunto, conforme tabela:

Assunto dos pareceres emitidos	3º Trim	Acumulado no ano
Pessoal Admissão	1.656	1.961
Pessoal Aposentadoria	582	1.236
Pessoal Pensão	131	760
Pessoal Reforma	35	602
Prestação de Contas Anual	95	259
Pessoal Reserva Remunerada	92	151
Prestação de Contas Bimestral	22	121
Pessoal Retificação Ato	-	84
Auditoria Relatório	6	79
Recurso de Reconsideração	23	75
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	45	69
Denúncia	25	51
Relatório de Gestão Fiscal	29	45
Representação	25	45
Prestação Contas de Convênio	1	33
Reexame de Decisão	4	29
Prestação Contas Término Gestão	-	27
Encaminhamento	-	26
Consulta	12	23
Pessoal Edital Concurso Público	7	15
Pessoal Revisão de Proventos	-	15
Comunicação Instauração Tomada de Contas	5	9
Auditoria Especial	2	9
Recurso de Revisão	-	6
Auditoria Relatório Engenharia	2	4
Requerimento	-	4
Auditoria Solicitação	-	2
Total	2.812	5.753

Registra-se até o período, a comprovação do recolhimento de multas no valor de 54.664,22 e ressarcimento de R\$ 73.188,11, totalizando R\$127.852,33.

5 A CORREGEDORIA GERAL

5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

5.1.1 Lançamento da página da Corregedoria na internet

Ao final da sessão plenária do dia 26/07/2011, no Plenário do TCEES, foi realizado o lançamento da página da Corregedoria na internet, com acesso via portal do Tribunal de Contas, resultado do Projeto 4 – “Página da Corregedoria” desta Corregedoria, com a presença de Conselheiros, Auditores, Procuradores, servidores e da imprensa.

5.1.2 Reuniões

No período foram realizadas 11 reuniões ordinárias do Corregedor Geral com as Equipes de Projeto e 06 reuniões internas, restritas aos servidores lotados na Corregedoria, para tratar de assuntos de interesse da Corregedoria e dos projetos em desenvolvimento, como também, 12 reuniões de trabalho das Equipes de Projetos.

Nesse 3º trimestre as reuniões ordinárias da Corregedoria foram abertas a todos os servidores do TCEES e o Corregedor tem realizado, nessas reuniões, a leitura do documento intitulado Normas de Auditoria Governamental (NAG's) Aplicadas ao Controle Externo, trabalho desenvolvido pelo Instituto Rui Barbosa em parceria com 27 tribunais de contas.

As reuniões ordinárias da Corregedoria Geral ocorrem semanalmente na Sala das Sessões às quartas-feiras e, as reuniões de trabalho, em geral realizadas na sala da Corregedoria, ocorreram em horários e datas estipulados pelas Equipes de Projeto.

5.1.3 Procedimentos Disciplinares

Segue tabela com os processos recebidos no trimestre, por assunto:

Processos recebidos, por assunto	3º Trim	Acumulado no ano
Representação	1	2
Denúncia	-	2
Esclarecimento	1	1
Comunicação	-	1
Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	-	1
Requerimento	-	1
Total	2	8

5.1.4 Projetos

Desde a criação da Corregedoria Geral, até o final do 3º trimestre de 2011, foram iniciados 22 projetos sob sua orientação técnica, que se encontram no portal do TCEES, na seção da Corregedoria Geral.

No trimestre houve a conclusão de um projeto e o início de dois projetos, conforme tabela:

Nº	Nome do projeto	Objetivo geral	Data de início	Situação atual
20	Auditoria Operacional	Apontar as condições mínimas necessárias para a implementação da auditoria operacional com foco em meio ambiente.	20/04/2011	Entregue pelo Corregedor a Presidência do TCEES em 26/08/2011
21	Padronização de Documentos Internos	Definir padrões de formatação dos textos (tipo e tamanho de fonte, espaçamento, margens, impressão frente-verso, etc.) que reduzam o gasto de papel e tinta/tonner nas impressões e propor a adoção nos textos institucionais internos. Desenvolver e propor mecanismo informatizado de Comunicação Interna, com arquivamento digital.	28/09/2011	Em andamento
22	Diário Oficial Eletrônico do TCEES	Definir padrões para formatação, publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos do TCEES. Propor veículo informatizado oficial de publicação e divulgação na internet dos atos processuais e administrativos do TCEES em substituição a versão atual de publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Com veiculação diária, de segunda a sexta-feira, a partir das 8 horas, exceto em dias em que não houver expediente no TCEES. Propor regulamentação por ato interno.	28/09/2011	Em andamento

Destaca-se que no trimestre, dois projetos da Corregedoria redundaram em resoluções aprovadas pelo Plenário, a saber:

- **Resolução TC 227/11** (DOE 02/09/11), que aprova o Guia de Orientação para criação, implantação, manutenção e fiscalização do sistema de controle interno da administração pública estadual e municipal; e
- **Resolução TC 228/11** (13/09/11), que trata das rotinas e procedimentos internos da Corregedoria Geral do Tribunal de Contas.

5.1.5 - Capacitações

Participação de servidores, integrantes da Corregedoria Geral e das Comissões de Sindicância e PAD, na palestra “Técnicas de Investigação e Entrevista no Processo Disciplinar”, promovida pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, e ministrada pelo Sr. Juarez Gomes Nunes Junior, no dia 05/08/2011.

Participação de uma servidora da Corregedoria no curso de “Planejamento e Orçamento Público”, promovido pelo TCU, de 08/08/2011 a 02/09/2011, na modalidade a distância (EAD).

6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Controladoria-Geral Administrativa é composta por quatro Controladorias Administrativas – CA's, conforme organograma do Anexo 2. Algumas atividades administrativas são feitas com o apoio de Núcleos.

6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O orçamento do TCEES para o exercício de 2011 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 90.752.400,00, sendo R\$ 90.000.000,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 752.400,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

No decorrer do exercício houve duas suplementações: de R\$ 1.550.000,00, por *superávit* financeiro do TCEES, conforme Decreto nº 1338-S, de 17/06/11 (DOE – 20/06/11) e de R\$ 7.400.000,00, por *superávit* financeiro do Poder Executivo, conforme Decreto nº 1874-S, de 21/09/11 (DOE – 22/09/11).

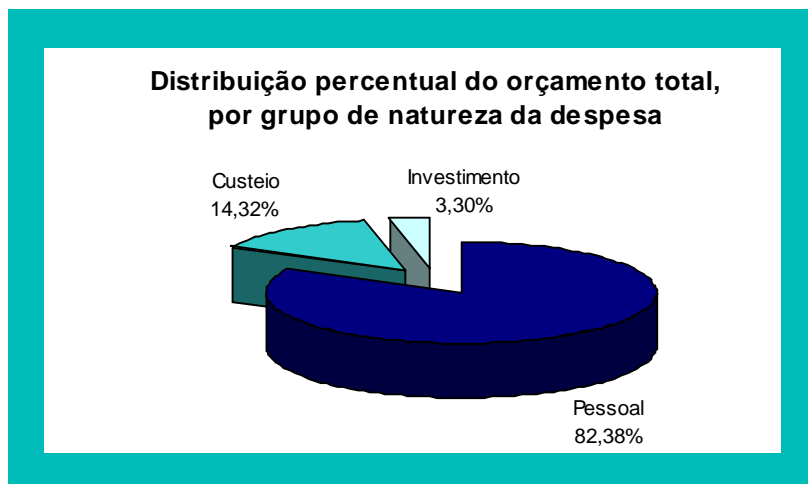
A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/09/11.

Natureza da Despesa	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas correntes	96.415.443,00	69.940.888,11	56.019.934,26	55.659.110,97
Pessoal	82.138.416,00	60.332.239,74	49.717.118,83	49.359.987,19
Pessoal – Ativo	66.538.416,00	60.332.239,74	49.717.118,83	49.359.987,19
Pessoal – Inativo ¹	15.600.000,00	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>
Outras despesas (custeio)	14.277.027,00	9.608.648,37	6.302.815,43	6.299.123,78
Despesas de capital (investimento)	3.286.957,00	1.290.064,18	1.276.493,72	1.276.493,72
Total Geral	99.702.400,00	71.230.952,29	57.296.427,98	56.935.604,69
Total Disponível²	84.102.400,00			(valores em R\$)

1 - Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.624/2011 (LOA).

2 - Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo (contribuição complementar).

O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual da dotação orçamentária geral, por grupo de natureza da despesa.



A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no relatório de gestão fiscal (DOE – 30/09/11), disponível no portal www.tce.es.gov.br.

Descrição	Quadrimestres		
	3º (2010)	1º (2011)	2º (2011)
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	50.168.403,59	52.020.200,25	53.913.914,92
Receita Corrente Líquida – R\$	7.909.033.785,79	8.320.779.800,77	8.978.490.160,56
Limite apurado – %	0,63	0,63	0,60
Limite máximo – 1,30 %	102.817.439,22	108.170.137,41	116.720.372,09
Limite prudencial – 1,24 %	97.676.567,25	102.761.630,54	110.884.353,48

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2010 a AGOSTO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	58.853.899,67	112.156,73
Pessoal Ativo	58.829.495,18	90.634,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	24.404,49	21.521,85
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	5.052.141,48	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.052.141,48	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	53.801.758,19	112.156,73
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	53.913.914,92	

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	8.978.490.160,56
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,600
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	116.720.372,09
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	110.884.353,48

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 26 de setembro de 2011.

Nota:

Na Receita Corrente Líquida:

- a) não foi considerado o montante de R\$ 365.302.674,92 (trezentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e dois mil e seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos), relativos a receita de IRRF sobre folha de servidores do período de setembro/2010 a agosto/2011, em atendimento ao Parecer/Consulta TC – 018/2003.

Na Despesa Bruta com Pessoal, Pessoal Ativo:

- a) na coluna Despesas Executadas – Liquidadas, não foi considerado o montante de R\$ 7.622.993,65 (sete milhões, seiscentos e vinte e dois mil e novecentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos), relativos a IRRF sobre folha de servidores do período de setembro/2010 a agosto/2011, em atendimento ao Parecer/Consulta TC – 018/2003;
- b) na coluna Despesas Executadas – Inscritas em Restos a Pagar Não Processados, foi desconsiderado o montante de R\$ 36.589,16 (trinta e seis mil e quinhentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), decorrente de cancelamentos de restos a pagar inscritos em dezembro de 2010 e consideradas como despesa realizada no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64, procedidos no primeiro quadrimestre de 2011.

Conselheiro SERGIO ABOUDI B FERREIRA PINTO
 Presidente

JOSE TEIXEIRA LEITE
 Diretor Geral de Secretaria

RAFAEL BATISTA LAMAS
 Coordenador do Núcleo de Controle Interno

LUZIA EDNA GUIOTO SCHNEIDER
 Chefe da 1ª Controladoria Administrativa

(DOE – 30/09/11)

6.2 GESTÃO DE PESSOAS

O TCEES possui um Programa de Desenvolvimento Profissional (Prodep) para servidores efetivos, regulamentado pela Resolução Nº 203/2005. No trimestre foram efetuadas 6 promoções/progressões, totalizando 164 no ano.

6.2.1 Quadro de servidores e estagiários

O quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas a seguir:

Servidores por categoria	2010	2011		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
A disposição do TCEES	2	2	2	2
Cedidos pelo TCEES	22	20	18	16
Servidores do TCEES	654	659	660	651⁷
Em atividade	501	507	508	503
Efetivos	248	251	251	249
Comissionados	235	238	239	236
Estáveis	18	18	18	18
Inativos	153	152	152	148⁸

Estagiários	2010	2011		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Nível superior	77	74	75	70
Nível médio	34	31	37	37
Total	111	105	112	107

6.2.2 Capacitação

O TCEES oportuniza a participação de seus servidores e membros em eventos de capacitação promovidos pela 4ª Controladoria Administrativa - Escola de Contas Públicas e por outras instituições.

⁷ Os conselheiros são membros, não considerados no cômputo dos servidores. Os auditores e procuradores de contas estão inseridos nos servidores efetivos.

⁸ No trimestre houve a inclusão de 2 servidores inativos e a redução do número de servidores inativos ocorreu em virtude da exclusão de 6 servidores que vinham sendo registrados como inativos, mas passaram a ser classificados como pensionistas, em razão de falecimento.

No trimestre teve continuidade o treinamento para jurisdicionados, que aconteceram nos Polos Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre.

As tabelas a seguir demonstram os principais resultados do trimestre.

Resultados da capacitação	3º Trim	Acumulado no ano
Eventos	61	125
Eventos realizados pelo TCEES	34	78
Público Interno (servidores e membros do TCEES)	4	15
Público Externo (jurisdicionados)	30	63
Eventos promovidos por outras instituições	16	29
Eventos de iniciativa do servidor	9	9
Outros eventos	2	9
Pessoas capacitadas	1.334	2.866
Servidores e membros do TCEES	305	855
Jurisdicionados	1.029	2.011
Horas de capacitação	19.264	43.802
Servidores e membros do TCEES	3.008	12.802
Jurisdicionados	16.256	31.000

Temas dos eventos de capacitação

Eventos realizados pelo TCEES:

Público Interno (Servidores e membros do TCEES):

Cursos: Direito previdenciário com ênfase no RGPS; Controle de constitucionalidade nos TCs; Elaboração de acordãos: a experiência do TCU; A fiscalização de contratos administrativos federais de prestação de serviços contínuos e a responsabilidade da administração pública.

Público Externo (Jurisdicionados):

Polo Colatina - *Cursos:* Gestão de almoxarifado e patrimônio público; Licitações e contratos administrativos: visão geral; Dispensa e inexigibilidade de licitação; Limites constitucionais para servidores municipais; Simpósio sobre pregão e registro de preços; Excelência no atendimento ao cidadão; Gestão orçamentária e financeira; A nova contabilidade patrimonial; Tomada de contas; Noções de orçamento e finanças públicas para conselhos municipais; Limites constitucionais (educação) para conselhos municipais; Limites constitucionais (saúde) para conselhos municipais; Os processos de contas no âmbito do TCEES: regimento interno.

Polo Cachoeiro de Itapemirim - *Cursos:* Licitações e contratos administrativos: visão geral; Dispensa e inexigibilidade de licitação; Gestão de almoxarifado e patrimônio público; Simpósio básico sobre pregão e registro de preços; Gestão orçamentária e financeira; Excelência no atendimento ao cidadão; A nova contabilidade patrimonial; Tomada de contas; Limites constitucionais para servidores municipais; Os processos de contas no âmbito do TCEES: regimento interno; Noções de orçamento e finanças públicas para conselhos municipais; Limites constitucionais (área da educação) para conselhos municipais; Limites constitucionais (área da saúde) para conselhos municipais.

Polo Alegre - *Cursos:* Gestão de almoxarifado e patrimônio público; Limites constitucionais para servidores municipais; Noções de orçamento e finanças públicas para conselhos municipais; A nova contabilidade patrimonial.

Temas dos eventos de capacitação
Eventos promovidos por outras instituições:
No Estado:

Cursos: Gerenciamento de contratos na administração pública; Licitações e contratos administrativos; Siplan - elaboração orçamentária 2012 (2 turmas); Formação de pregoeiros.

Outros: XVII Simpósio brasileiro de direito previdenciário; Seminário: a fiscalização de contratos administrativos federais; Seminário nacional sobre licitações na área de engenharia; Fórum nacional dos arquivos municipais.

Fora do Estado:

Cursos: Formação de multiplicadores em elaboração e análise dos demonstrativos fiscais aplicados ao setor público (Brasília-DF); Contratos de serviços de tecnologia da informação (Brasília-DF); Auditoria operacional com ênfase na matriz de achados na área de meio ambiente (Brasília-DF).

Outros: 1º Encontro Técnico sobre processo eletrônico e contas de governo (João Pessoa-PB); XXVI Congresso dos tribunais de contas e 1º Encontro Regional Sul-Sudeste dos Tribunais de Contas (Curitiba-PR); Encontro Técnico - Contas de Governo e Contas de Gestão/Responsabilidade X Responsabilização (Belo Horizonte-MG); Encontro Nacional do Grupo de Atos de Pessoal dos Tribunais de Contas e II Encontro de Planejamento Estratégico dos Tribunais de Contas (Porto Alegre-RS).

Eventos de iniciativa do servidor:

Cursos: Planejamento e orçamento público; Treinamento contábil para módulo financeiro com ênfase no fluxo de caixa: sistema Smarcp; Treinamento contábil para módulo despesa: sistema Smarcp; Treinamento contábil para módulo orçamento, PPA e cotas orçamentárias: sistema Smarcp; Excelência na comunicação organizacional; Legislação aplicada a logística de suprimentos;

Outros: 2ª Audiência de estudos e análises das minutas das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público; 2º Seminário nacional de contabilidade municipal; Palestra – Empreendedorismo: competência essencial no setor público.

Outros Eventos:

Reunião da diretoria do Instituto Rui Barbosa; 2ª Reunião do Subgrupo de Fundos Públicos (Brasília-DF).

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca:

Expansão do Acervo Documental (aquisição e tratamento técnico)	2010	2011		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Exemplares de livros	5.299	5.397	5.523	5.564
Fascículos de periódicos e diários	12.334	12.409	12.534	12.671
Audiovisuais (CDs, DVDs, fitas, etc)	106	106	106	106
Outros materiais	995	1.022	1.023	1.037
Total	18.734	18.934	19.186	19.378

Outras Informações	3º Trim	Acumulado no ano
Empréstimos de material bibliográfico	1.105	3.243
Atendimento ao Público	1.463	3.246
Interno	1.446	3.145
Externo	17	101
Consulta/Pesquisa ao Acervo Documental	742	2.049
Acervo bibliográfico	512	1.453
Bases de dados informatizadas	230	596
Indexações	1.221	3.238
Artigos de periódicos indexados	509	1.232
Legislação indexada e consolidada	712	2.006

6.3 SERVIÇOS GERAIS

Destacam-se as atividades de controle dos materiais e do patrimônio do TCEES:

Serviços gerais	3º Trim	Acumulado no ano
Número de bens movimentados	950	1.120
Número de requisições ao almoxarifado	1.485	4.292

Evolução dos bens patrimoniais do TCEES	2010	2011		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Valor do patrimônio do TCEES (em R\$)	6.039.024	6.041.604	6.542.096	7.517.58
Estoque de bens patrimoniais	9.564	9.565	10.092	10.232

6.4 CONTROLE DOCUMENTAL

A tabela a seguir demonstra as atividades relacionadas ao Controle Documental:

Controle documental	3º Trim	Acumulado no ano
Correspondências expedidas	2.163	10.406
Correspondências recebidas	3.338	10.528
Processos arquivados	555	2.286
Processos desarquivados	5.064	6.680
Processos autuados	2.373	6.549
Controle externo	2.288	6.233
Pessoal do TCEES	9	24
Processos administrativos do TCEES	76	292

Os processos de controle externo estão distribuídos nos seguintes assuntos:

Autuação de processos de controle externo, por assunto	3º Trim	Acumulado no ano
Pessoal	2.008	4.795
Pessoal Admissão	1.159	2.320
Pessoal Aposentadoria	564	1.828
Pessoal Pensão	127	357
Pessoal Reserva Remunerada	109	199
Pessoal Reforma	41	76
Pessoal Edital de Concurso Público	6	12
Pessoal Hora Extra	1	1
Pessoal Reserva Não Remunerada	1	1
Pessoal Concurso Público	-	1
Outros Assuntos	280	1.438
Prestação de Contas Anual	1	400
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	42	252
Auditoria Relatório	54	108
Prestação de Contas Bimestral	33	91
Relatório de Gestão Fiscal	21	89
Lei Orçamentária Anual	-	82
Lei de Diretrizes Orçamentária	5	78
Representação	33	77
Denúncia	30	74
Recurso de Reconsideração	14	41
Consulta	10	38
Auditoria Solicitação	4	18
Requerimento	6	15
Comunicação Instauração Tomada de Contas	4	11
Embargos de Declaração	3	11
Recurso de Revisão	4	10
Precatório	4	9
Auditoria Especial	2	7
Plano Plurianual	-	6
Encaminhamento	1	5
Reexame de decisão	4	4
Fornecimento de certidão	-	3
Tomada de Contas	-	3
Tomada de Contas Especial	2	2
Esclarecimento	1	1
Fornecimento de informação	1	1
Recurso	1	1
Prestação de Contas Mensal	-	1
Total	2.288	6.233

7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações.

7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação externa:

Portal TCEES - Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br.

Relatório de Atividades – elaborado pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão (NPO) e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.

Informativo Acontece - boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais que oferecem curso de Direito e Administração, jornalistas e órgãos representantes dos Tribunais, como o Instituto Ruy Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Também os servidores, inclusive inativos, o recebem.

Terminal de auto-serviço (Totem) - Com o intuito de proporcionar mais acesso a informações e transparência a seus atos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo coloca à disposição dos cidadãos um totem de auto-serviço, por meio do qual qualquer pessoa pode acessar a pauta das Sessões e as notícias referentes ao Órgão. Instalado na recepção da sede do TCEES, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.

Responsabilidade Social – destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pelo Núcleo de Assuntos de Cerimonial (NAC).

No trimestre foram realizados os seguintes eventos no auditório:

Eventos com a participação do NAC	3º Trim	Acumulado no ano
Eventos promovidos pelo TCEES, com a participação do NAC	2	8
Empréstimos do auditório	11	20
Total	13	28

Temas dos eventos com a participação do NAC

Promovidos pelo TCEES:

- 1) 15 e 17/08/2011 – Curso: Direito previdenciário com ênfase no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), promovido pela 4ª CA, em parceria com o Ministério Público Especial de Contas
- 2) Apresentação do Programa Mais com Menos, no dia 18/08

Promovidos por outras instituições:

- 1) Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (Sindijudiciário) - Curso de Atividades Administrativas Vs. Processo Administrativo: Ações Preventivas, no dia 01/07
- 2) Auditoria Geral da União (AGU) - Reunião Extraordinária, no dia 11/07.
- 3) Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) - Convocação dos candidatos aprovados no concurso público, no dia 13/07.
- 4) Auditoria Geral da União (AGU) - Solenidade de transmissão de cargo do Chefe da Procuradoria Federal no ES, no dia 28/07.
- 5) Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (AJUDES) - Assembléia extraordinária, no dia 05/08
- 6) Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) - Primeiro Seminário de Gestão de Risco Geológico do ES, nos dias 10 e 11/08.
- 7) Auditoria Geral da União (AGU) - Seminário de Fiscalização de Contratos Administrativos Federais, no dia 16/08
- 8) Sociedade Espírito Santense de Engenheiros (SEE) - Seminário sobre Licitações, nos dias 24 e 25/08
- 9) Auditoria Geral da União (AGU) - Evento em parceria com a 4ª CA, no dia 26/08.
- 10) Auditoria Geral da União (AGU) - Evento em parceria com a 4ª CA, no dia 01/09.
- 11) Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (SINDIJUDICIÁRIO) - Assembléia Geral Extraordinária, no dia 16/09

Além dessas atividades, destacam-se outras ações de divulgação externa realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação externa	3º Trim	Acumulado no ano
Atendimentos a jornalistas	76	202
Jornalistas recebidos no TCEES	35	38
Releases enviados à imprensa	17	58
Textos produzidos para o Informativo Acontece	8	36
Edições do Informativo Acontece publicadas	1	4
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.461	4.284
Textos institucionais elaborados	-	6
Publicações	-	1
Notícias inseridas no Portal	-	10
Visitas realizadas (Relações Institucionais)	-	3

7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação interna:

Intranet - Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.

Notícias no Ponto - jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

A tabela a seguir refere-se às atividades de divulgação interna realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação Interna	3º Trim	Acumulado no ano
Notícias publicadas no mural Notícias no Ponto	144	408
Notícias inseridas na Intranet	45	111
Eventos fotografados	40	82

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As tabelas a seguir registram as informações da Tecnologia da Informação, no período.

Atividades da Tecnologia da Informação	3º Trim	Acumulado no não
Atendimentos de suporte ao uso da informática	1.042	2.890
Auditorias com participação da CTI	3	7

Evolução da Tecnologia da Informação	2010	2011		
		1º Trim	2º Trim	3º Trim
Estações de trabalho	400	381	379	445
Servidores com acesso à Internet	460	480	480	480
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	6	6	7	7
Sistemas em funcionamento	31	31	35	35
Desenvolvidos pela CTI	19	19	23	23
Adquiridos	12	12	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Novo sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas, nova classificação funcional-programática e novos relatórios e consultas relativos a LRF.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.

ANEXOS

ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA

O Tribunal, criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os poderes legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

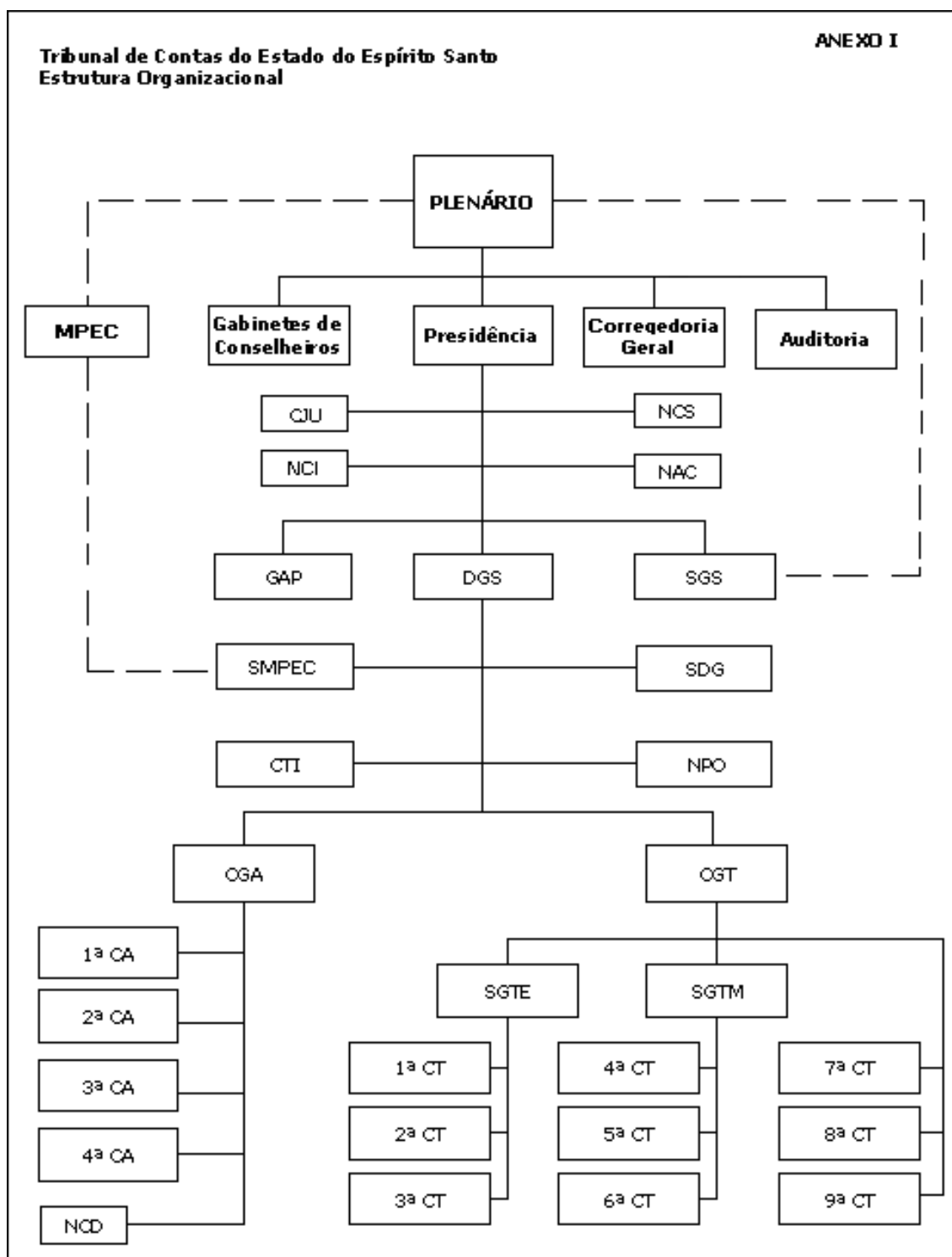
Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público Especial de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo para Assuntos de Cerimonial	NAC
Núcleo de Controle Interno	NCI
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público Especial de Contas	SMPEC
Controladoria de Tecnologia da Informação	CTI
Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão	NPO
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
4ª Controladoria Administrativa	4ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ATOS DO PLENÁRIO

1 Acórdãos

1.1 Julgamento conclusivo⁹

Nº	Atos de Gestão - Executivo Municipal	Ex.	Sessão	Decisão
0347	P. Rio Novo do Sul (Estevam Antonio Fiório)	07	26/07	Irregulares. Ressarcimento 15.398,64 VRTE. Multa 1000 VRTE
0392	P. Dores do Rio Preto (Carloman Bastos Soares e José Gomes Pereira Neto)	10	30/08	Processo saneado. Quitação
Total no trimestre				2

Nº	Prestação de Contas - Assembléias e Câmaras	Ex.	Sessão	Decisão
0341	C. Cariacica (Heliomar Costa Novais, José Santana e Edson Nogueira de Souza)	08	1907	1- Regular com quitação p/ José Santana. 2- Irregular. Ressarcimento 101.893,71 VRTE. Multa 3000 VRTE p/ Heliomar Costa Novais. 3- Irregular. Ressarcimento 59.294,56 VRTE. Multa 1500 VRTE p/ Edson Nogueira de Souza
0355	C. Marilândia (Geder Camata)	08	02/08	Irregular. Ressarcimento 42.225,58 VRTE. Multa 3000 VRTE. Recomendações
0357	C. Alfredo Chaves (João Basco Costa)	08	04/08	Irregular. Ressarcimento 11.737,42 VRTE. Multa 2000 VRTE
0361	C. Guaçuí (Nina Lúcia Cristiano Brasil e João Fernando de Faria)	07	09/08	Processo saneado. Quitação para o Sr. João Fernando de Faria. Vencido o Cons. Ranna, que votou apenas pela quitação.
0373	C. Nova Venécia (Geraldo Pedro de Souza)	10	23/08	Regular com quitação
0376	C. Águia Branca (Valdemir Antonio de Lazari)	08	23/08	Irregular. Multa 500 VRTE. Recomendação
0378	C. Boa Esperança (Antônio de Assis Sopoletto Milanese)	10	23/08	Regular com quitação
0382	C. Brejetuba (Abenair Fernandes Amadeu)	10	23/08	Regular com quitação. Recomendação
0383	C. Laranja da Terra (Élcio Doring)	10	23/08	Regular com quitação. Recomendação.
0386	C. Vila Pavão (Denilto Kruger)	10	25/08	Regular com quitação. Recomendação
0410	C. Castelo (Gerson Antônio Piassi)	10	15/09	Regular com quitação
0411	C. Guarapari (Sérgio Ribeiro Passos)	08	15/09	Irregular. Multa 750 VRTE. Instaurar Tomada de Contas Especial em relação ao item III.6 da ITC. Prazo 60 dias. Não acolher sugestão do MPEC da pena de inabilitação. Parcialmente vencido o Conselheiro Ranna, que votou acompanhando o entendimento da Área Técnica
0417	C. Alegre (Carlos Renato Viana)	08	20/09	Processo saneado. Quitação
Total no trimestre				13

⁹ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0323	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (Paulo Roberto Bottoni e Wanessa Ingrid Ferreira Gomes Nunes)	09	05/07	Regulares com quitação. Recomendação
0324	Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Ana Paula Vitali Janes Vescovi)	10	05/07	Regulares com quitação
0325	Fundo Municipal de Educação de Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	09	05/07	Regulares com quitação. Recomendação
0328	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (Haroldo Corrêa Rocha, José Antônio Bof Buffon e José Sathler Neto)	04	07/07	Regulares com ressalva. Recomendações
0332	Banestes S/A (Roberto da Cunha Penedo, Ranieri Feres Doellinger, Otacílio Pedrinha de Azevedo, José Márcio Soares de Barros, Genilson Gomes Corradi e Paulo Roberto Mendonça França)	06	12/07	1. Irregular. Ressarcimento 966,42 VRTE em solidariedade. Multa 600 VRTE p/ Roberto da C. P. e Paulo R. M. França. 2. Irregular. Multa 500 VRTE p/ Ranieri F. D., Otacílio P. de Azevedo e José M. S. de Barros. 3. Regular c/ quitação para Genilson G. C.
0333	Secretaria de Estado de Saneamento Habitação e Desenvolvimento Urbano (Rodrigo Flávio Freire Farias Chamon, José Eugênio Vieira e Paulo Ruy Valim Carnelli)	08	12/07	Regular com quitação. Por maioria, absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro Elcy de Souza
0335	Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (José Márcio Soares de Barros, Roberto da Cunha Penedo, Ranieri Feres Doellinger, José Belletable de Almeida e Anderson Ferrari Júnior)	07	14/07	Preliminarmente, nos termos do artigo 187 do Regimento Interno, afastar ressarcimento haja vista precedente desta corte. Irregular. Multa 500 VRTE
0336	Fundo Municipal de Saúde de Laranja da Terra (Ormi Buleriann Pereira)	10	14/07	Regular com quitação
0337	Secretaria da Casa Militar (Helvio Brostel Andrade e Daltro Antonio Ferrari Junior)	10	14/07	Regular com quitação
0338	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Baixo Guandu (Ronaldo Alves Pereira)	10	19/07	Regulares com quitação. Recomendação.
0342	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Cláudio de Almeida Thiago Soares e Helena Zorzal Nodari)	10	19/07	Regulares com quitação. Recomendações
0343	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Boa Esperança (Domingos Ramos de Oliveira Souza)	09	19/07	Regulares com quitação
0345	Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Cristina Vellozo Santos)	10	21/07	Regular com quitação
0348	Vice-Governadoria (Ricardo de Rezende Ferraço)	10	26/07	Regulares com quitação
0350	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta (Francisco de Assis Calegario)	09	26/07	Regulares com quitação
0351	Fundo de Fomento de Turismo do Estado do Espírito Santo (Marcus Antonio Vicente e João Felício Scárdua)	10	28/07	Regular com quitação
0352	Fundo Municipal de Saúde de Guaçuí (Edielson de Souza Rodrigues e Vagner Rodrigues Pereira)	09	28/07	Regular com ressalva. Quitação. Recomendação. Determinação
0353	Fundo Municipal de Saúde de Vila Velha (Eduardo Pereira Soares, Wallace de Medeiros Cazelle e Pablo Márcio Ribeiro Freitas)	09	02/08	Regular com quitação
0356	Fundo Municipal de Educação de Alegre (Juracy Rodrigues Santos e Maria Lúcia Rubini de Oliveira)	09	02/08	Regular com quitação
0358	Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Luciene Becacici Esteves Vianna e Marcelo Ferraz Goggi)	08	04/08	Regular com quitação. Sem divergência, absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Elcy de Souza
0360	Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Cristina Vellozo Santos)	07	04/08	Regular com quitação. Recomendações

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0362	Secretaria de Estado do Turismo (Marcus Antonio Vicente e Valdir Klug)	07	11/08	Regular com quitação
0363	Fundo Municipal de Assistência Social de Muniz Freire (Sônia Marta Soares Mignone)	09	16/08	Regular com quitação. Recomendação.
0364	Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Cristina Vellozo Santos)	09	16/08	Regular com quitação
0370	Companhia Espírito Santense de Saneamento (Paulo Ruy Valim Carnelli, Ricardo Maximiliano Goldschmidt, Carlos Fernando Martinelli, Carlos Eduardo Fernandes Saleme e Luiz Ferraz Moulin)	07	18/08	1 - Regular com quitação p/ Luiz Ferraz Moulin. 2 - Regular com ressalva. Quitação para Srs. Paulo Ruy Valim Carnelli, Ricardo Maximiliano Goldschmidt, Carlos Fernando Martinelli e Carlos Eduardo Fernandes Saleme. 3 – Recomendações
0371	Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Maurício Ribeiro de Souza Júnior)	07	18/08	Regular com quitação
0374	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca (César Roberto Colnaghi, Ricardo Ferreira dos Santos e Enio Bergoli da Costa)	09	23/08	1-Regular c/ quitação p/ os Srs. César Roberto Colnaghi e Ricardo Ferreira dos Santos. 2-Regular com ressalva p Srs. Enio Bergoli da Costa. 3-Recomendação
0375	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca (Enio Bergoli da Costa)	10	23/08	Regular com quitação
0377	Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Cristina Vellozo Santos)	08	23/08	Regular com quitação
0379	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Vitor Murad Filho e Paulo Henrique Rabelo Coutinho)	09	23/08	Regular com quitação. Recomendações
0380	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (Aurifax Pimentel Charles Barcelos, José Eduardo Faria de Azevedo e João Guerino Balestrassi)	10	23/08	Regular com quitação
0384	Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Regina Curitiba da Silva e Marcelo Ferraz Goggi)	10	23/08	Regular com quitação
0387	Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Luciene Maria Becacici Esteves Vianna, Marcelo Ferraz Goggi e Paulo Lemos Barbosa)	09	25/08	Regular com quitação. Sem divergência, absteve-se de votar por suspeição, o Conselheiro Elcy de Souza
0388	Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Neivaldo Bragato, Valdir Antônio Uliana, Valdir Klug, Luciene Maria Becacici Esteves Vianna)	10	25/08	Regular com quitação
0389	Procuradoria Geral de Justiça (Fernando Zardini Antônio)	09	25/08	Regular com ressalva. Recomendação
0391	Fundo Municipal de Saúde de Mantenópolis (Alcilene Teixeira Siqueira)	09	30/08	Regular com quitação
0393	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Paulo Henrique Rabelo Coutinho)	10	30/08	Regular com quitação. Recomendações
0394	Secretaria de Estado da Saúde (Anselmo Tozi)	09	01/09	Regular com quitação
0395	Vice Governadoria (Ricardo de Rezende Ferraço e Cleomar do Carmo Ferreira)	09	01/09	Regular com quitação
0400	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Cledison de Lima e Deynel Meneguini)	09	06/09	Regular com quitação
0401	Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Marilza Barboza Prado Lopes, Pedro José de Almeida Firme e Soeli Maria Gonçalves Tardin)	09	13/09	Regular com quitação
0402	Secretaria de Estado da Saúde (Anselmo Tozi)	06	13/09	Regular com quitação
0403	Secretaria de Estado do Governo (José Eduardo Faria de Azevedo e Nina Rosa Mazzini Muniz)	10	13/09	Regular com quitação. Recomendação

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0404	Fundo Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Alegre (Eugênia Maria Gama Marques)	09	13/09	Regular com quitação. Recomendação
0405	Secretaria de Estado da Saúde (Anselmo Tozi)	08	13/09	Regular com quitação
0408	Departamento de Imprensa Oficial (Ademir Rodrigues)	10	13/09	Regular com quitação
0414	Fundo Municipal de Saúde de Muniz Freire (Andréa Pinheiro da Trindade)	10	20/09	Regular com quitação
0415	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Muniz Freire (Sônia Marta Soares Mignone)	10	20/09	Regular com quitação
0416	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Cledison de Lima)	08	20/09	Regular com quitação
0418	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (Vera Lúcia de Souza Vieira)	09	20/09	Irregular. Multa 750 VRTE
0419	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (Audifax Charles Pimentel Barcelos e José Eduardo Faria de Azevedo)	09	20/09	Regular com quitação
0420	Banestes S/A (Sebastião Bussular Júnior, Raniere Feres Doellinger, Roberto da Cunha Penedo, Otacílio Pedrinha de Azevedo, Paulo Roberto Mendonça França, José Márcio Soares de Barros, Genilson Gomes Corradi e José Antônio Colodete)	04	22/09	1-Regular c/ ressalva. Quitação p/ os Srs. Roberto da Cunha Penedo, Paulo Roberto Mendonça França e José Márcio Soares de Barros. 2-Irregular. Multa 500 VRTE p/ Srs. Sebastião Bussular Júnior, Raniere Feres Doellinger, José Antônio Colodete e Otacílio Pedrinha de Azevedo. 3-Regular com quitação p/ Sr. Genilson Gomes Corradi. Recomendação
0421	Banestes S/A (Roberto da Cunha Penedo, Raniere Feres Doellinger, Genilson Gomes Corradi, José Márcio Soares de Barros, Otacílio Pedrinha de Azevedo e Paulo Roberto Mendonça França)	05	22/09	Regular com ressalva. Quitação. Recomendações
0423	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vargem Alta (Julimar Debona Sartori)	09	22/09	Irregular. Multa 500 VRTE
0427	Secretaria de Estado da Fazenda (José Teófilo Oliveira)	06	27/09	Devolvido. Regular com ressalva. Quitação. Recomendações. Por maioria vencido o Cons. Ranna, que votou pela Instauração de Tomada de Contas Especial p/ apuração de responsabilidade relativa a liquidação da despesa, no valor 2.899,20 VRTE. Sem divergência, absteve-se de votar, por impedimento a Cons. Márcia
0429	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha (José Maurício Caprini)	09	27/09	Regular com quitação
0432	Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy (Reginaldo dos Santos Quinta e Rosângela Traváglia Teixeira)	09	29/09	Regular com quitação
Total no trimestre				57

Nº	Denúncias	Decisão
0331	Leandro Barbosa Morais X Rômulo Augusto Penina e Osvaldo Hulle (IPAJM)	Improcedência. Atos regulares. Recomendação. Instaurar Tomada de Contas Especial. Prazo 60 dias. Por maioria, vencido o conselheiro Ranna, eu acompanhou o entendimento manifestado pela Área Técnica e MPEC.
0334	Juiz de Direito da Comarca de Apicá X Robson Alves Correa e João Guizzi (C. Apicá)	Improcedência. Recomendações
0381	Holdar de Barros Figueira Netto X P. Serra (Antônio Sérgio Alves Vidigal)	Devolvido. Procedência Parcial. Recomendação nos termos do voto do Relator, que acompanhou o voto do Conselheiro Ranna.
0390	Sérgio Luiz Anequim, Eros Prúcoli e Carlos Henrique Dias Luparelli X P. Muqui (Nicolau Esperidião Neto)	(inconstitucionalidade) dos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 406/09. Procedência parcial. Acompanhar as irregularidades apontadas pelo MPEC. Multa 1500 VRTE. Fixar prazo de 180 dias para realização de concurso. Encaminhar cópia da Decisão à Promotoria de Muqui. Comunicar a Câmara Municipal a Inexequibilidade dos artigos 3º e 4º da Lei nº 406/09. Monitorar o cumprimento da Decisão. Rejeitar proposta de rescisão imediata dos contratos temporários feitos pelo MP. Manter contratações até o provimento dos cargos
0422	Perto S/A Periféricos para Automação X Roberto da Cunha Penedo e José Márcio Soares de Barros (Banestes S/A)	Improcedência. Atos regulares
0426	Mogai Tecnologia de Informação Ltda X Neivaldo Bragato e Jamil Guilherme do Nascimento Júnior (CESAN)	Improcedência. Recomendação
Total no trimestre		6

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0330	Hélio Santiago (Presidente Executivo do IPAJM)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0346	Ministério Público Especial de Contas	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento parcial. Incluir recomendação no Acórdão recorrido. Rejeitar preliminares suscitadas pelo Cons. Ranna
0349	Paulo César Brusqui de Almeida (Junta Comercial do Estado do Espírito Santo)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Dar provimento parcial. Excluir irregularidade do item 1.15 quanto à condenação pelo artigo 54, § 2º, da Lei 8.666/93, mantendo-se as demais irregularidades
0359	Manoel Pereira da Fonseca (P. Conceição da Barra)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0365	José Paulo Calmon Nogueira da Gama (Procurador Geral de Justiça)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento total. Regular com quitação
0367	Joaquim Hubner Vieira (C. Iúna)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação
0369	Robson Mendes Neves (Secretário de Estado Extraordinário de Representação dos interesses do Poder Executivo em Brasília)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento parcial. Irregular. Ressarcimento 120.270 VRTE. Multa 5.000 VRTE
0396	Paulo Sérgio de Azevedo (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento total. Regular com ressalva. Recomendação. Nos termos do voto do relator, que acompanhou a manifestação do Conselheiro Ranna
0397	Ministério Público Especial de Contas	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0398	Luiz Paulo Vellozo Lucas (P. Vitória)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencido o Conselheiro Ranna, que votou apenas pela quitação, tendo em vista o pagamento intempestivo
0399	Dângela Maria Bertoldi Volkers (Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação
0406	Antônio Bitencourt (P. Marataizes)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação
0412	Dangela Maria Bertoldi Volkers (Escola de Serviço Público do Espírito Santo)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação
0413	Alcino Cardoso (P. Itapemirim)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento. Sem divergência, absteve-se de votar por suspeição, o Conselheiro Marcos Miranda Madureira
0424	José Eugênio Vieira (Secretaria de Estado da Educação)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Dar provimento
0428	Márcio José de Melo Chierici (C. Apicá)	Recurso de Reconsideração	Não conhecer
0431	José Carlos Magro (Instituto de Previdência do Município de Dores do Rio Preto)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencido o conselheiro João Luiz Cotta Lovatti, que votou apenas pela quitação ante a intempestividade
Total no trimestre			17

Nº	Auditoria Especial	Ex.	Decisão
0329	Mário Alves Moreira (TCES) X Cláudio Humberto Vereza Lodi, Anselmo Tozi e Paulo Roberto Foletto (Assembléia Legislativa)	04	Regulares com ressalva. Recomendações. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição o Conselheiro Marcos Miranda Madureira
Total no trimestre			1

Nº	Tomada de Contas	Ex.	Decisão
0354	P. Divino de São Lourenço (Edson Dutra Teixeira)	08	Irregulares. Ressarcimento 18.478,02 VRTE. Multa 1.000 VRTE. Por maioria, vencido o Cons. Marcos Miranda Madureira que acompanhou entendimento da Área Técnica
Total no trimestre			1

Nº	Relatório de Auditoria - Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Decisão
0366	C. Apicá (Marcio José de Melo Chierici)	09	Regular com quitação
Total no trimestre			1

Nº	Representação	Decisão
0326	Uci-Farma Indústria Farmacêutica Ltda X Edson Figueiredo Magalhães (P. Guarapari)	Conhecer. Procedência. Sustar o Pregão Presencial. Abster-se de licitar medicamentos por lote. Recomendações
0339	A&M Embalagens Ltda X Reginaldo dos Santos Quinta e Jovane Cabral da Costa (P. Presidente Kennedy)	Improcedência. Arquivar
0340	Maxxor do Brasil Importadora e Exportadora de Máquinas e Equipamentos Ltda X P. Boa Esperança	Indeferir cautelar. Encaminhar cópia ao TCU
0368	Attivita Comércio e Serviços Ltda-EPP X P. Ibatiba (Lindon Jonhson Arruda Pereira)	Conhecer. Improcedência. Recomendação
0385	Ministério Público Especial de Contas X P. Vila Velha (Neucimar Fraga, Evilásio de Ângelo e Joanna D'arc Victoria Barros de Jaegher)	Determinar anulação do edital consolidado do processo seletivo em 30 dias. Recomendações. Parcialmente vencido o Conselheiro Ranna que votou para que a Prefeitura informe em 30 dias as providências adotadas com relação as recomendações para realização do processo seletivo
0407	Allbrax Consultoria e Soluções em Informática X Empresa de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim (Edmar Lyrio Temporim e Carla da Costa Araújo)	Conhecer. Procedência. Declarar nulidade do Edital, comprovar em 05 dias o cumprimento das medidas. Parcialmente vencido o Conselheiro Elcy, que votou pela aplicação de multa de 1000 VRTE ao gestor
0409	Fram Consulting Ltda X P. Serra (Antônio Sérgio Alves Vidigal)	Improcedência. Dar continuidade ao certame
0425	Attivita Comércio e Serviços Ltda-Epp X Cleone Gomes do Nascimento e Maria Eliete Pedruzzi dos Santos (P. Castelo)	Conhecer. Improcedência
0430	MakBrasil - Importação de Maquinas e equipamentos LTDA X P. Iúna (José Ramos Furtado e Clésio Alcure Quarto)	Arquivar. Perda do objeto. Revogar cautelar anteriormente concedida, nos termos do voto vencedor do Cons. Elcy. Parcialmente vencido o Relator, Cons. Ranna que votou pela procedência da representação, com recomendação
Total no trimestre		9

Nº	Relatório de Auditoria de Engenharia	Ex.	Decisão
0327	P. Vila Velha (Max Freitas Mauro Filho, Luiz Otávio Machado de Carvalho e Marcos Antonio Rodrigues)	05	Regulares com ressalva. Determinação. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição o Conselheiro Marcos Miranda Madureira
0344	P. Viana (Solange Siqueira Lube)	06	Irregular. Multa 500 VRTE. Determinações. Recomendações
Total no trimestre			2

1.2 - Julgamento não conclusivo

Nº	Prestação de Contas (Omissão)	Ex.	Decisão
0372	P. Rio Novo do Sul (Estevam Antônio Fiório)	6º Bim/10	Multa 1000 VRTE. Notificação 10 dias
Total no trimestre			1

2 Pareceres Prévios ¹⁰

2.1 Contas

Nº	Parecer Prévio	Ex.	Sessão	Decisão	Revisto
0065	P. Itapemirim (Norma Ayub Alves)	09	21/07	Aprovação	-
0066	P. São Roque do Canaã (Marcos Geraldo Guerra)	10	21/07	Aprovação	-
0070	P. Dolores do Rio Preto (Carloman Bastos Soares e Cláudia Martins Bastos)	08	18/08	Devolvido. Aprovação. Parcialmente vencido o Cons. Ranna, apenas quanto ao fundamento da Decisão, por entender que a Lei nº 9.372/09 não abrange os municípios, pois o âmbito de sua eficácia é o poder Executivo Estadual.	-
0072	P. Jerônimo Monteiro (Francisco Alcemir Rosseto)	09	22/09	Rejeição. Recomendação	-
0073	P. Muniz Freire (Ezanielton Delson de Oliveira)	10	22/09	Aprovação	-
0074	P. São Gabriel da Palha (Raquel Ferreira Mageste Lessa)	09	27/09	Aprovação	-
Total no trimestre					6

2.2 Recursos

Nº	Recursos	Ex.	Decisão	Revisto
0064	José Carlos Elias (P. Linhares)	05	Conhecer. Provimento parcial. Reformular Parecer Prévio. Manter rejeição.	039/07
0067	Fernando Videira Lafayette (P. Alfredo Chaves)	05	Dar provimento. Emitir Parecer Prévio pela aprovação. Excluir atos de gestão	049/07
0068	Jaime Santos Oliveira Junior (P. Ponto Belo)	06	Conhecer. Provimento total. Reformular Parecer Prévio para aprovação.	046/08
0069	Ruzerte de Paula Gaigher (P. Alfredo Chaves)	04	Conhecer. Dar provimento. Declarar nulidade.	075/10
0071	Lastenio Luiz Cardoso (P. Baixo Guandu)	06	Conhecer. Provimento total. Reformular Parecer Prévio para Aprovação	059/08
Total no trimestre				5

¹⁰ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.